

6.12.60



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

ANO XV — N.º 209

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 6 DE DEZEMBRO DE 1960

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, no Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se no dia 7 do mês em curso, às 9.30 e às 11.30 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, prosseguirem na apreciação do veto presidencial ao

Projeto de Lei (nº 1.853, de 1956, na Câmara e nº 149, de 1958, no Senado) que dispõe sobre a classificação de cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, estabelece os vencimentos correspondentes e dá outras providências.

Senado Federal, em 2 de dezembro de 1960. — Senador Filinto Múller, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

49.ª Sessão conjunta

Da 2.ª Sessão Legislativa Ordinária
Da 4.ª Legislatura

Em 6 de Dezembro de 1960, às 21 horas

ORDEM DO DIA

Continuação da votação do veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei (nº 1.853, de 1956, na Câmara e nº 149, de 1958 no Senado) que dispõe sobre a classificação de cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, estabelece os vencimentos correspondentes, e dá outras providências (tendo Relatário, sob nº 10, de 1960, da Comissão Mista).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Item nº (do aviso)	Partes vetadas correspondentes	
		Anexos	Códigos
1	77	I e IV	P.1205.15.C (Condutor de Topografia C)
2	71	I e IV	P.1207.16.C (Agente Técnico C) P.1207.12.A (Agente Técnico A)
3	71	I e IV	P.1401.14.B (Assistente de Estatística B) P.1401.12.A (Assistente de Estatística A)
4	81	I e IV	TC.1401.18.B (Estatístico B)
5	80	I	P.1402.10.8 (Auxiliar de Estatístico B)
6	81	I e IV	P.1.502.17.C (Inspetor de Indústria e Comércio B)
7	82	I e IV	P.1701.16.C (Assistente de Enfermagem C) P.1702.12.C (Auxiliar de Enfermagem C)
8	83	I e IV	P.1708 (Obstetrix C e B)
9	84	I e IV	P.1.901.14.C (Agente Social C)
10	95	IV	AP.302. (Agente Fiscal do Imposto de Renda)

50.ª Sessão conjunta

Da 2.ª Sessão Legislativa Ordinária
Da 4.ª Legislatura

Em 6 de Dezembro de 1960, às 22,30 horas

ORDEM DO DIA

Continuação da votação do veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei (nº 1.853, de 1956, na Câmara e nº 149, de 1958 no Senado) que dispõe sobre a classificação de cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, estabelece os vencimentos correspondentes, e dá outras providências (tendo Relatário, sob nº 10, de 1960, da Comissão Mista).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula nº	Item nº (do aviso)	Partes vetadas correspondentes	
		Anexos	Códigos
1	85	I e IV	P.2101.18.B (Diretor de Previdência B)
2	86	I e IV	P.2.104.18.B (Inspetor do Trabalho B)
3	87	I e IV	TC.502 (Técnico de Economia e Finanças B e A)
4	88	I e IV	TC.1.101.18.B (Meteorologista B)
5	88	I e IV	TC.1.201.18.B (Enfermeiro B)
6	90	I e IV	TC.1301.18.B (Assistente Social B)
7	92	IV	AF.201 (Oficial de Administração)
8	93	IV	AF.202 (Escriturário)
9	98	IV	AF.602 (Assistente de Administração)
10	99	IV	CT.202 (Postalista)

tem proferido sobre o assunto, até hoje não foi paga uma subvenção da ordem de 97 milhões de cruzeiros, destinados à navegação fluvial brasileira, referente ainda ao ano de 1959.

Senhor Presidente, segundo o processo nº 10.774-60, o órgão competente, que não sabemos qual seja — talvez a Secretaria da Presidência da República ou o próprio Ministério da Viação — devia tomar providências no sentido de que o expediente chegasse às mãos do Senhor Ministro da Fazenda, a fim de que o dinheiro viesse em tempo de salvar o que resta da navegação fluvial do Maranhão.

Este, Senhor Presidente, um dos meus apelos.

O outro vem da Escola de Aperfeiçoamento e Preparação da Aeronáutica Civil, com sede no Estado da Guanabara, que solicita, por meu intermédio, que o Senhor Ministro da Aeronáutica efetue o pagamento da verba orçamentária de um milhão e oitocentos mil cruzeiros, já liberada pelo Senhor Presidente da República, em abril do corrente ano.

Gostaria que o Senhor Ministro da Aeronáutica, de acordo com a ordem emanada do Senhor Presidente da República, tomasse as devidas providências, no sentido de que esse pagamento fosse realizado.

O último apelo é dirigido a um dos meus colegas da Comissão de Justiça, em cujo poder se encontra o Projeto número 687-59 que dispõe sobre a reforma do Código do Ar, e propõe aumento do seguro de vida dos aeronautas.

Não se pode admitir, Senhor Presidente — é um absurdo — permanença o teto de 100 mil cruzeiros para o valor de uma vida humana. Nos dias de hoje, em face do aumento do custo de vida, dois, três ou quatro milhões que se pagasse pela perda da vida preciosa de um desses homens que nos servem com tanta dedicação, seria pouco.

Daqui, dirijo, pois, apelo a esse nobre colega da Comissão de Justiça, a quem posteriormente falarei pessoalmente, no sentido de que relate, com a urgência necessária o projeto que se encontra em seu poder há bastante tempo, a fim de que, pelo menos a partir de um futuro próximo, possam as famílias dos aeronautas nutrir a esperança de, quando uma desgraça bater à sua porta, ter com que pagar o alimento para matar a fome de seus filhos. (Muito bem).

O SR. BENEDITO VAZ:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, tive há tempos oportunidade de apresentar à consideração do Congresso dois projetos de lei visando a reforma eleitoral. O primeiro estabelece a cédula única, a eleição pelo critério proporcional, e, o segundo, a rotatividade obrigatória da colocação do nome do candidato na chapa da eleição majoritária. Tenho recebido, de várias providências, manifestações de apoio a essas proposições.

Desejo salientar que entre esses apoios recebidos consta o da Assembléia Legislativa de São Paulo, através de numerosos pronunciamentos, e, também, o da Assembléia Legislativa de Goiás, que votou moção de apoio a essas proposições, bem como de câmaras municipais do interior, o que vem demonstrar que a opinião pública nacional se acha preparada para as reformas eleitorais realizadas em nosso País.

Essa atitude prova, também, que o nosso povo, que o eleitorado brasileiro, por meio das instituições científicas que zelam pela poderosa instituição política, deseja que se faça essa reforma, a fim de aprimorar ainda mais o sistema eleitoral brasileiro.

Registrando esses fatos da tribuna, peço a atenção da Casa sobre o assunto, a fim de que o Congresso possa dar à Nação essas leis que a opinião pública está reclamando. (Muito bem).

O SR. ARNO ARNT:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente é uma lástima o quanto está enfraquecido o balanço comercial do Brasil com o exterior e nada se procura fazer para tonificar essa parte arterial do organismo nacional. Nós todos sabemos que a Venezuela, no primeiro semestre deste ano, tirou e vendeu 10 milhões de toneladas de minério de ferro, quando no primeiro semestre do ano passado havia tirado e vendido somente oito milhões de toneladas. E nós, país formado por montanhas e serras inteiras de ferro, andamos nos nossos seis milhões de toneladas, e com esses seis milhões alardeamos, prosemamos, inebriamos e embriagamos a opinião pública brasileira.

Isso, para início. Entretanto, Senhor Presidente, o Brasil, que muito maiores grandezas possui para o mundo ver e muito mais belezas tem para ostentar, este Brasil exporta 30 milhões de dólares com turistas brasileiros para o mundo e recebe somente oito milhões de dólares dos turistas americanos, que são os mais numerosos e fortes de todo o mundo, isto é, 0,4 % toca ao nosso, lindo, belo, grandioso e genuíno País em matéria de curiosidades. O México recebe trezentos e dezenove milhões de dólares americanos contra os oito milhões do Brasil; o Canadá, 327 milhões; e aqueles países da orla do Mediterrâneo recebem quinhentos e sessenta milhões de dólares americanos de turistas; a Inglaterra gasta um milhão de dólares, levantando o turismo nos Estados Unidos, e recebe setenta e quatro milhões de volta.

Sei, Senhor Presidente, que turismo não é mercadoria de base; mas, na deficiência brasileira de hoje, há que recorrer ao turismo, há que fazer algo dentro do Brasil, para que o estrangeiro, aqui chegando, tenha ao menos hotéis que valham o que cobram, e não os que temos, seja no Rio de Janeiro, em Recife ou Pôrto Alegre, que cobram mais do que valem, afugentando o homem do mundo que quer vir negociar no Brasil, afugentando o homem do mundo que quer vir conhecer o Brasil e gozar alguns dias da opulência e da natureza de um país cujo povo está fazendo para ser um povo afirmador de sua grandeza, e, até agora, não a pode mostrar, porque os poderes constituídos e os homens de empresa entendem ser mais importante ganhar dólares do que cruzeiros. (Muito bem).

O SR. ANTONIO PINO:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, foi apresentado nesta Casa requerimento de convocação extraordinária do Congresso, na qual seriam debatidas uma série de proposições. Lembro à Mesa que deverá providenciar os avisos, a literatura, enfim tudo o que se relacionar com os projetos, possibilitando aos Srs. Deputados os meios para estudá-los, a fim de discutí-los.

Tenho procurado freqüentemente no Arquivo e na Sinopse desta Casa elementos referentes a essas proposições inscritas para a convocação e nada tenho encontrado. Lembro, outrossim, à Presidência que seria oportuno, quanto antes, a vinda desse material para ser distribuído em tempo, a fim de que a convocação extraordinária realmente preencha a sua finalidade. (Muito bem).

O SR. MILTON REIS:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente

e Srs. Deputados, quero desta tribuna fazer veemente apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que S. Ex.^a autorize a reabertura das Escolas de Farmácia, Odontologia e Veterinária na Cidade de Pôrto Alegre, em Minas Gerais.

Diz o nobre Deputado Vasconcelos Torres que o "autorizo" precisa ser para valer. S. Ex.^a tem razão, porque muita coisa nesta República, a despeito de autorizada, fica apenas no autorizo, na boa vontade, e nunca chega à realidade.

Srs. Presidente, a Cidade de Pôrto Alegre, uma das mais belas e florescentes de Minas, próxima a São Paulo e Belo Horizonte, distando de São Paulo 180 km e estando a 380 de Belo Horizonte, é, por assim dizer, a Capital sula de meu Estado.

Há mais ou menos trinta anos, Pôrto Alegre já tinha essas Faculdades. E mais do que justo, portanto, já tendo hoje Faculdade de Direito, sendo sede de generalato e de bispado, sendo uma das mais importantes cidades de Minas, que o Sr. Presidente da República, generoso como tem sido com outras cidades, volte as suas vistas para o setor de ensino daquela comunidade mineira.

Desta maneira, concluindo minhas palavras, certo estou de que o Senhor Presidente da República, antes de deixar o Governo, vai determinar que Pôrto Alegre volte a ter suas tão desejadas Faculdades de Odontologia e Veterinária, uma vez que a elas pertenceram homens da maior envergadura, do mais alto sarnito, como Plínio Salgado, Menotti del Picchia e Mário Casassanta. (Muito bem).

O SR. FERNANDO SANTANA:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, lembro-me como se fora agora. Ocupava uma das tribunas desta Casa nosso saudoso colega e amigo Coutinho Calvacanti, abordando, como de costume, seu tema preferido — a reforma agrária. Nessa oportunidade apertei-o, dizendo que, para o bom andamento desse nosso objetivo — a reforma agrária — seria interessante que a Câmara dos Deputados criasse uma comissão especial, não só para estudar todos os projetos existentes aqui, como também para melhor encaminhar o assunto.

Agora, Sr. Presidente, dou o primeiro passo no sentido de concretizar a sugestão por mim oferecida no aparte que dei àquele nobre colega enviando a V. Ex.^a o seguinte requerimento:

"Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados

Requeiro que seja criada, nos termos do art. 31, nº III do Regimento Interno e do parágrafo único do mesmo artigo, Comissão Especial para elaboração do Código de Reforma Agrária. A Comissão deverá ser constituída por 5 membros, que serão nomeados pelo Presidente da Câmara, logo que este requerimento for aprovado pelo plenário.

Justificativa

Há vários projetos de lei de Reforma Agrária apresentados depois da promulgação da Constituição Federal de 1946. Sobre alguns desses projetos já foram oferecidos pareceres de algumas das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Trata-se de matéria complexa que se disciplinará melhor em um Código cujos dispositivos melhor abrangem os diversos aspectos do problema e indicarão as so-

luções mais adequadas. A tramitação dos projetos por várias comissões é obstáculo quase insuperável para a aprovação definitiva, dentro de prazo razoável, da proposição. Assim, a criação de uma Comissão especial se impõe, sob pena de ser indefinidamente procrastinada e elaboração da lei que se faz cada vez mais necessário".

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. IVAN LUZ:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a revolução nasceu sob a simpatia de todos os povos subdesenvolvidos e foi uma esperança para a América Latina.

Infelizmente, os rumos iniciais da revolução foram distorcidos e, hoje, o que se verifica é que o Partido Comunista tomou conta da revolução cubana, cavagou-a. É interessante notar que foram esses mesmos homens, que hoje dominam os postos de maior importância no governo cubano, que antes apoiavam o governo Batista, naturalmente segundo a técnica do "quanto pior melhor".

A América lamenta que isto tenha acontecido e é de se lamentar, realmente, porque a luta heróica do povo cubano contra o truste internacional, que poderia constituir um exemplo para toda a América, hoje já tem de ser apontado com reservas, como sendo também trágico exemplo para todas as revoluções que não saibam pilotar-se a si próprias.

Agora, volta-se a luta de Fidel Castro contra a Igreja Católica. Em outras ocasiões, outros pigmeus, baroucos ou sem barbas, já se levantaram contra ela, mas esta permaneceu e se fortaleceu. A nossa esperança, a esperança da América, é que o povo cubano reencontre os ideais primitivos, que impulsionaram a sua revolução, e possa então aquele fato histórico constituir-se realmente um primeiro ato do grande drama de libertação da América contra a influência do capitalismo internacional, sediado em Nova Iorque, na city de Londres ou em outras capitais europeias, porque esse truste não tem pátria, mas que esses impulsos sejam coordenados pelas coordenadas fundamentais do ideal cristão, a fim de que a América não troque o chicote na mão do patrão, para que encontre o seu caminho à liberdade. (Muito bem).

O SR. JOSUÉ DE CASTRO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, no momento histórico que vive nosso País, nesta hora em que se apresta para, com todos os seus esforços, emancipar-se econômica e politicamente, e conquistar no concerto das nações o lugar que lhe compete, por suas tradições, por suas riquezas e, naturalmente, pela capacidade de iniciativa de seu povo, deve o Brasil, além de estruturar instituições internas à altura desse objetivo, também coordenar e orientar sua política exterior com objetividade, com segurança e com firmeza. Daí a necessidade de terem os homens responsáveis neste País, os representantes do povo e as elites governantes, consciência clara deste momento histórico. Precisamos, pois, visualizar não só a hora presente, as circunstâncias em que vivemos, mas quais todos os povos chamados subdesenvolvidos, que viveram sob o signo do colonialismo, se uniram e juntam seus esforços no desejo incondicional de libertação de qualquer forma de escravidão ou de submissão, como também, ao lado do fato histórico, da hora histórica que vivemos, os aspectos geográficos, a posição que ocupa o Brasil no cenário do mundo. Estamos no continente americano. Fazemos parte desta grande família chamada dos países latino-americanos, que têm diante de si um grande

futuro, um grande papel a cumprir. É preciso, pois, que o Brasil se compenetre que se de uma parte o mundo desperta, há esse despertar de consciência dos povos oprimidos, no desejo, como dizia, incontornável de se libertar, o que vai obtendo pleno êxito com o crepusculo, a agonia do colonialismo que se evidencia em todos os continentes, de outro lado devemos unir-nos, num espírito de compreensão dentro do panorama latino-americano, ou melhor, pan-americano, para que, com convicção, unidas essas forças, reforçadas umas as outras, as repúblicas latino-americanas possam reivindicar os seus direitos e apressar o seu processo de emancipação. Daí a importância do que se chama a política do pan-americano, mas de um pan-americano autêntico e não superado e vazio de sentido.

Permita-me, Sr. Presidente, que em breves minutos lembre a origem do pan-americano. Ele nasceu com o sentimento de nacionalismo e de emancipação anticolonialista. Foi nos princípios do século passado que as repúblicas latino-americanas começaram a lutar contra as metrópoles colonizadoras, que as exploravam como simples áreas de produtos de exportação para enriquecimento desses países industrializados, com as matérias-primas obtidas a preço vil. Começaram os países a emancipar-se. E foi nessa hora que nasceu, sob a iniciativa espontânea dos Estados Unidos da América, naquele ato do Presidente Monroe, o que se chamou pan-americano ou a Doutrina de Monroe, em 1823. O nosso país engatinhava; tinha dois anos apenas de independência, outros um pouco mais. Mas todos se felicitaram por encontrar na grande república irmã do hemisfério norte apoio ao seu desejo de emancipação e segurança contra as ameaças, que se esboçavam, de que os países europeus iriam retomar as suas colônias e de implantar seu jugo sobre os países recém-emancipados. Este movimento recebeu o apoio dos países latinos e se corporificou em princípios através dos quais os Estados Unidos se comprometiam a lutar e defender os países latino-americanos que fossem ameaçados em sua soberania.

Infelizmente, entretanto, isto não se passou. Os Estados Unidos se fizeram surdos várias vezes em que as repúblicas latino-americanas foram agredidas e em que, foram espoliadas de parte do seu território, como no caso das Ilhas Falkland que foram retomadas pela Inglaterra, sem que os Estados Unidos intervissem na defesa de um direito claro. Ademais, permaneceram várias colônias no continente americano quando a doutrina de Monroe dizia expressamente — e eu desejo ler — que:

“o Continente Americano, pelas condições de liberdade e de independência que assume e mantém, não pode ser considerado como campo para futura colonização por parte de nenhuma potência europeia”.

Sabemos, entretanto, que continua a haver colônias na América Central e na América do Sul — as Guianas — sem que os Estados Unidos da América pugnem pela emancipação desses povos. Assim, pouco a pouco, o pan-americano foi-se esvaziando de conteúdo pelo não cumprimento de seus princípios, por falta de sentido de suas palavras, que eram ocas, nada significavam de substancial, e a necessidade da revisão do pan-americano para que lhe seja dado um conteúdo, não apenas histórico ou tradicional, mas que seja vigente, ativo e signifique alguma coisa neste momento histórico em que a América se afirma como uma só vontade. E vontade de que? Vontade de emancipação e independência contra toda e qualquer forma de exploração colonial.

Daí, Sr. Presidente, a necessidade de que o Brasil — líder natural no

conceito dos países americanos — analise os problemas da política externa com serenidade e com objetividade, com um mínimo de paixão e um máximo de consciência clara e nítida. Mais consciência e ciência do que a dor cívica que, às vezes, não traduz mais do que arroubos de falso patriotismo. Devemos ver as coisas claras como são; devemos ver onde estão os perigos, os meios e os recursos dos quais podemos lançar mão para vencer essa situação difícil.

Daí a necessidade de atentarmos bem para o terrível e grave problema da República de Cuba; daí procurarmos visualizar o que se está passando em Cuba.

Sr. Presidente o que se está passando em Cuba não é senão uma distorção dos direitos mais autênticos de uma nação que quer apenas emancipar-se das tutelas estrangeiras colonialistas que oprimiram seu povo até recentes anos. Sabemos que, quando a República de Cuba se emancipou, em fins do século passado, foi com a ajuda dos Estados Unidos da América. Dois anos depois os Estados Unidos, que prometeram garantir a independência de Cuba, fizeram aprovar uma lei, no seu Parlamento através da qual a soberania de Cuba era espezinhada. Por essa lei ficavam os Estados Unidos com direito de intervir em Cuba para reajustar as supostas distorções dos direitos do seu governo.

Ora, isso recebeu de logo o protesto do governo cubano. Mas, de lá até hoje Cuba nunca se emancipou e tinha grandes parcelas do seu território na posse de estrangeiros. Sua economia foi monopolizada pelo capitalismo imperialista norte-americano, que absorveu três quartas partes da produção nacional feita sob a forma da monocultura colonial do açúcar; que, por sua vez, açambarcava três quartas partes de todas as terras cultiváveis da nação. Daí a fome reinante em Cuba; daí o desemprego, fazendo que mais da metade da população vivesse cronicamente sem trabalho e três quartas partes também sem trabalho no chamado período morto da entressafra, quando as usinas param e quase toda a população não tem o que fazer. Não vou repetir aqui o que era o estado de miséria, de fome, de doença de ignorância, de atraso em que vivia o povo cubano, nas suas malocas, nas suas choças, porque isso tem sido descrito inúmeras vezes. Quero apenas dizer que é humano e justo este povo um dia rebelar-se contra tal estado de coisas e, através de esforço hercúleo, emancipar-se e organizar um governo que limpe a nação do opróbrio dessa opressão de tipo colonial. Foi o que fez Cuba. Infelizmente foi necessário mudar a estrutura, porque o problema era estrutural, e, ao tocar na estrutura através da reforma agrária, atingiu o monopólio e os interesses escusos dos grupos imperialistas da capitalismo de Wall Street. Como lamentavelmente, os Estados Unidos da América hoje não estão realizando a missão histórica que lhes conferiram os grandes fundadores da democracia no mundo, por intermédio da sua grande revolução e confundem o interesse privado dos financistas de Wall Street com o interesse do povo americano, resolveram intervir em Cuba, através de uma campanha de difamação, através da coerção econômica e através de ameaças boicotando-a, para arruinar a sua economia. Isto fez com que Cuba, desesperada, procurasse novo mercado para seu açúcar, que encontrou atrás da cortina, no mundo socialista. Porque negociou com país socialista, porque fez o mesmo que os Estados Unidos da América, Cuba é tachada de comunista. E portanto uma interpretação falsa e de má fé. A revolução cubana não é comunista; é, sim, uma revolução de

emancipação econômica. Está sendo levada para o lado dos comunistas pela pouca inteligência e compreensão do Departamento de Estado Norte-Americano, que não dá apoio àqueles que se querem emancipar mas apóia os opressores, os ditadores, contra os interesses deste povo, levando-o ao desespero.

Veja-se o que aconteceu com o Japão que foi levado ao fascismo e à guerra pela pressão do cerco de ferro da fome que os Estados Unidos lhe fizeram.

O mesmo fato está-se dando em Cuba. Os países latino-americanos devem alertar os Estados Unidos e unir-se para não permitir que Cuba saia da família latino-americana porque aquela nação é, hoje, a expressão máxima da aspiração de todos os povos latino-americanos — aspiração de independência de liberdade, de autodeterminação e de autogoverno. É nesse sentido, Sr. Presidente, que tenho a honra de trazer ao conhecimento do Congresso Nacional um documento, assinado por algumas das mais significativas figuras das elites e das massas do nosso País. Esse documento diz o seguinte:

“Brasileiros!

Neste momento de perigo para a paz e a tranquilidade dos povos americanos, quando a República de Cuba se vê ameaçada em sua soberania e cercada no seu direito inalienável de autodeterminação, o Brasil deve estar alerta para, cioso, defender o princípio fundamental de que cada povo é o senhor absoluto de seu destino.

O princípio da não-intervenção nos assuntos internos de cada nação, postulado profundamente arraigado em nossas consciências, impõe uma tomada de posição firme e altiva do Brasil pela intangibilidade da soberania da pátria de José Martí. Com tal objetivo e visando estreitar cada vez mais os laços de solidariedade fraterna que nos unem ao nobre povo cubano, convocamos todos os brasileiros, sejam quais forem as suas convicções políticas ou ideológicas, a manifestarem vigorosamente o seu apoio a um grande movimento de opinião pública contra qualquer ingerência estrangeira, seja econômica, diplomática ou militar, nos destinos políticos da gloriosa República de Cuba, e a prestigiar as atividades da “Comissão Brasileira Contra a Intervenção em Cuba”, entidade que ora se constitui na defesa desses sagrados princípios.

a) Deputado José de Castro; Senadores, Lourival Fontes, Antônio Baltar e Camilo Nogueira Gama; Deputados Federais; Bento Gonçalves, Artur Virgílio, Sérgio Maranhães, Barbosa Lima Sobrinho, Vasconcelos Torres, José Joffily, Coufinho Cavalcanti, Ramon de Oliveira Neto, Celso Brant, Waldir Pires, Ivete Vargas, Domingos Vellasco, Aderbal Jurema, Adílio Viana, Jonas Bahlense, Floriano Paixão, Waldir Simões, Tamparini Pereira, Sílvio Braga, Lício Hauer, Clidenor de Freitas, Almino Afonso, Dagoberto Sales, Salvador Losacco, Cesar Prieto, Antonio Baby, Campos Veral, Humberto Lucena, Aarão Steimbruck, Sousa Leão, Teobaldo Neumann, Milton Reis, Breno da Silveira, Rosendo Monteiro, Henrique de La Roque, Lúscio Sobrinho, Hermógenes Príncipe, Clóvis Mota, Euzébio Rocha, Clélio Lemos, Saturnino Braga, Jacob Frantz, Adail Barreto, Elói Dutra, Fernando Santana, Wilson de Sá

Sena; Alvaro Lins, escritor; Oscar Niemeyer, arquiteto; Evandro Lins e Silva, jurista; Oliveira Guanais de Aguiar, presidente da U.N.E.; Rafael Martine'lli, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários; Humberto Menezes Pinheiro, Presidente da C.O.N.T.E.C.”

Seguem-se centenas de outras assinaturas.

Esse documento exprime parcela apreciável da vontade do nosso povo. Por isso, da tribuna desta Casa, que deve fazer eco à vontade do povo, conclamamos os homens livres do Brasil para que meditem serenamente sobre esse problema e serenamente apoiem uma revolução que é um anseio não só do povo de Cuba, mas de todos os povos latino-americanos. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. ANDRADE LIMA FILHO:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, encaminhei, há dias, requerimento de informações ao Ministério da Viação e Obras Públicas a respeito do recebimento de verbas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Antes da resposta — se é que vai vir, porque muita outras aqui não chegaram — quero trazer ao conhecimento desta Casa, com a marca da revolta que repassa minhas palavras, que o Diretor Geral do DNOCS, por capricho, por teimosia, desatendendo a determinações do Ministro da Viação, retém em bancos as verbas destinadas ao setor de estudos daquele Departamento, em Recife, além de empregar indevidamente, segundo informações que possuo, em outros setores, verbas também destinadas àquela repartição.

Já protestei aqui várias vezes contra a situação de fome, de miséria e de vexames de toda sorte por que passam dezenas e dezenas de famílias dos servidores do DNOCS, em Recife. O setor de estudos tem uma dotação de 100 milhões de cruzeiros no Orçamento deste ano, dos quais recebeu apenas a importância de 20 milhões de cruzeiros. Os 30 milhões restantes, embora liberados e pagos pelo Ministério da Fazenda, segundo me consta, não foram para ali encaminhados, como do dever do Sr. Diretor do DNOCS.

O fato calamitoso, vergonhoso para a União, é que, centenas de trabalhadores, desde março, não recebem seus vencimentos. Agora a gravidade se acentua ainda mais pelo caráter de capricho, de teimosia de que se reveste a atitude do Diretor do DNOCS em não mandar as verbas para pagamento dos funcionários.

Denuncio, Sr. Presidente, esta arbitrariedade gritante do Diretor daquele Departamento ...

O Sr. Plínio Lemos — Denuncie V. Ex.^a o Presidente da República, que não manda entregar o dinheiro para o DNOCS.

O SR. ANDRADE LIMA FILHO — ... para que se faça cumprir esse dever cossinheiro, que é a União pagar aos seus servidores.

Acabo de receber telegrama assinado pelo Sr. Dr. João Alfredo Freire, Diretor do Serviço de Estatística no Recife, solicitando-me fazer um apelo a esta Casa para que se esforce no sentido de ultimar a votação do crédito suplementar para o Serviço de Recenseamento, porque mais de dois mil recenseadores, só no Estado de Pernambuco, além de milhares em outros Estados, estão sem receber pagamento das obras executadas, com ameaça de interrupção dos serviços em andamento na zona rural.